

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.873 - MG (2019/0322650-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO** : **MARINA PIMENTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ADVOGADOS** : **MARINA PIMENTA MADEIRA - MG068752**  
: **RENATO QUEIROZ DE PAULA - MG145066**  
: **FRANCINE NUNES ARANTES E OUTRO(S) - MG139527**  
**AGRAVADO** : **JAYME SILVA FILHO**  
**ADVOGADO** : **FABRÍCIO GOMES FERREIRA DE PAULA - MG098918**  
**AGRAVADO** : **PAULO ANTONIO MOREIRA**  
**ADVOGADO** : **DIEGO DE SOUZA SILVA - MG125821**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - RECEBIMENTO DA INICIAL - AUSÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - RECURSO PROVIDO.

- Segundo a Lei n. 8.429/1982, os atos de improbidade subdividem-se em: a) atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º I); b) atos que causem prejuízo ao erário (art. 10); c) atos que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).

- Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa, após a manifestação do requerido, impõe-se ao magistrado realizar um juízo de prelibação acerca da viabilidade concreta da demanda, podendo rejeitar inicial se vislumbrar, de plano, inexistência de ato de improbidade, à improcedência da ação ou à inadequação da via eleita, nos precisos termos do art. 17, § 8º, da LIA.

- Diante da ausência da demonstração de prática de ato de improbidade, afigura-se necessária a rejeição liminar do pedido.

- Recurso provido.

Em suas razões, o insurgente alega ofensa ao disposto nos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil.

Decido.

Com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo

# *Superior Tribunal de Justiça*

para determinar sua autuação como recurso especial, para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Após, o trânsito, enviem-se os autos ao MPF para oferecimento de parecer.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator